



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TERMO ADITIVO Nº N. 04 À CARTA-CONTRATO TRE-RO N. 24/2019.

TERMO ADITIVO N. 04 À CARTA-CONTRATO TRE-RO N. 24/2019 (EVENTO 0482208)

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO TRE-RO N. 0002306-16.2019.6.22.8000

CONTRATAÇÃO VIA DISPENSA DE LICITAÇÃO, FUNDAMENTADA NO ARTIGO 24, II, DA LEI 8.666/1993

TERMO ADITIVO À CARTA-CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRE/RO E A EMPRESA PAZ AMBIENTAL LTDA, REFERENTE AOS SERVIÇOS DE RECOLHIMENTO E DESCARTE DO LIXO HOSPITALAR PRODUZIDO PELA SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO ODONTOLÓGICA DO TRE-RO (SAMES).

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Avenida Presidente Dutra, 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG ***.893-SSP/RO e do CPF ***.106.849-**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa **PAZ AMBIENTAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 10.331.865/0001-94, com sede na Gleba Corumbiara, setor 12, lote 58/2E, CEP: 76.980-000, em Vilhena/RO, Telefone(s): (69) 3322-6752, E-mail(s): coleta.pazambiental@gmail.com e pazambientalvha@gmail.com, neste ato representada pelo senhor **ANTONIO MARCOS CARAMURU DOS SANTOS**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG ***317-SSP/RO e do CPF ***.109.302-**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o Ato de Autorização: DESPACHO Nº 1057 / 2023 - PRES/DG/GABDG (evento [1059244](#)), celebram, mediante acordo entre as partes, o presente TERMO ADITIVO, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/1993)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo possui os seguintes objetos:

1) Prorrogar o prazo de vigência da Carta-Contrato TRE-RO 24/2019 por mais 12 (doze) meses, a contar de 02/01/2024 a 01/01/2025; e

2) Incluir a Cláusula Décima Quarta ao Contrato TRE-RO 24/2019 com o texto a seguir, para constar a obrigação de observância à Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD:

DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

(Lei 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD)

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Quanto à proteção de dados pessoais, deverá ser observado o que segue:

I - As partes deverão cumprir a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou da contratação administrativa que eventualmente venham a ser firmados, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

II - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD;

III - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;

IV - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todas as contratações de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada;

V - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VI - É dever da Contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;

VII - A Contratada deverá exigir dos eventuais suboperadores/subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância; (quando for o caso de subcontratação);

VIII - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados; (se exigível);

IX - A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado;

X - Os Bancos de dados formados a partir de contratações administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos, sendo que:

a) os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

XI - A contratação está sujeita a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD; e

XII - As contratações, convênios ou instrumentos congêneres de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional referida.

Subcláusula Primeira – A Contratada anuiu com a prorrogação supramencionada, conforme consta no evento [1038612](#) do Processo Administrativo Eletrônico respectivo.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Segunda – Nos eventos [1038682](#), [1041029](#) e [1045309](#) do Processo referido, a unidade gestora apresenta informações detalhadas para o presente Termo Aditivo.

Subcláusula Terceira – O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

DO VALOR

(Artigo 55, III, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA SEGUNDA – O valor total estimado deste instrumento é de **R\$ 2.160,00** (dois mil cento e sessenta reais).

Subcláusula Primeira – As despesas com a execução do presente aditivo correrão à conta do orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, mediante Nota de Empenho a ser emitida após a disponibilização do orçamento 2024.

Subcláusula Segunda - O valor total atualizado deste contrato, para fins de eventual cômputo do limite máximo de acréscimos e supressões permitidos legalmente (art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/1993 e Acórdão TCU 749/2010–Plenário), é de R\$ 2.160,00.

DO FUNDAMENTO LEGAL

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA TERCEIRA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, II, da Lei 8.666/1993 e na **CLÁUSULA SEGUNDA** do contrato originário (prorrogação); e com fundamento na Lei 13.709/2018 (LGPD).

DA RATIFICAÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA QUARTA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Originário e não alteradas pelos aditivos e pelas apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA QUINTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, outubro de 2023.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo Contratante	ANTONIO MARCOS CARAMURU DOS SANTOS Pela Contratada
Aldací Souza Mota CPF: ***.504.772-** Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: ***.434.482-** Testemunha

ANEXO I DO ADITIVO N. 04 À CARTA-CONTRATO N. 24/2019/TRE-RO

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO**Valor inicial da Carta-Contrato, mais valores e informações dos aditivos/apostilas:**

Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo do aditivo em relação ao valor inicial (art. 65, § 1º da Lei n.º 8.666/1990)
Carta-Contrato 24/2019, assinada em 28/11/2019 – Volume III do PA (evento 0482208). Vigência: 01/01/2020 a 01/01/2021.	R\$ 2.160,00	-
Termo Aditivo 01, assinado em 20/10/2020 – Volume XI do PA (evento 0607999). Prorrogação contratual (02/01/2021 a 01/01/2022).	R\$ 2.160,00	-
Termo Aditivo 02, assinado em 24/11/2021 – Volume XXV do PA (evento 0764486). Prorrogação contratual (02/01/2022 a 01/01/2023).	R\$ 2.160,00	-
Termo Aditivo 03, assinado em 23/09/2022 – Volume XXXV do PA (evento 0904219). Prorrogação contratual (02/01/2023 a 01/01/2024).	R\$ 2.160,00	-
Termo Aditivo 04, assinado em 10/10/2023 – Volume XLIX do PA (evento 1072221). - Prorrogação contratual (02/01/2024 a 01/01/2025); e - Inclusão de cláusula sobre obrigatoriedade de cumprimento da LGPD;	R\$ 2.160,00	-

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 16/10/2023, às 14:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO MARCOS CARAMURU DOS SANTOS, Usuário Externo**, em 18/10/2023, às 11:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 18/10/2023, às 12:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 19/10/2023, às 11:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1072221** e o código CRC **A89E80FE**.

0002306-16.2019.6.22.8000

PROCESSO: 0002306-16.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SAMES

ASSUNTO: Carta-Contrato n. 24/2019 – Contratada: PAZ AMBIENTAL LTDA. – EPP. Análise da quarta prorrogação e Termo Aditivo.

PARECER JURÍDICO Nº 180 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo iniciado pelo Serviço de Assistência Médica e Social - SAMES ([0457854](#)), no qual se deu a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratação da empresa **PAZ AMBIENTAL LTDA – EPP**, CNPJ/MF n. **10.331.865/0001-94**, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei n. 8666/1993 para execução de serviços de coleta e descarte de lixo hospitalar infectante deste Tribunal, materializada na Carta-contrato n. 24/2019 ([0482208](#)). O referido ajuste foi prorrogado, pela terceira vez, por 12 meses, compreendendo o período de 2/1/2023 a 1/1/2024, e registrado no Termo Aditivo n. 3 ([0904219](#)).

02. Por meio da Informação n. 109/2023 ([1038682](#)) a unidade gestora SAMES registrou o interesse na prorrogação contratual por mais 1 ano, no período de 02/01/2024 a 01/01/2025, oportunidade em que noticiou que a contratada foi consultada e manifestou-se favoravelmente à renovação do ajuste, nos termos atuais com o reajuste anual pelo IPCA ([1038612](#)), demonstrou a vantajosidade dos preços praticados pela contratada em relação à média do mercado, por meio de pesquisa realizada no sistema de banco de preços ([1038627](#)). No tocante à regularidade fiscal, a empresa contratada apresentou os documentos de regularidade fiscal anexos aos eventos [1038674](#), [1038675](#), [1038676](#) e [1038677](#) e encaminhou o processo à SAOFC para os procedimentos necessários.

03. Pelo Despacho nº 1624/2023 ([1039106](#)), o Secretário substituto do Gabinete da Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade determinou a devolução dos autos para o gestor do Contrato supramencionado com o intuito de que apresentasse os índices aplicáveis ao reajuste dos preços pleiteados e o orçamento total necessário para a despesa pretendida.

04. Em cumprimento, a Chefe de Seção da SAMES, por meio da Informação nº 112/2023 ([1041029](#)), esclareceu que o índice correto a ser aplicado será divulgado ao final do mês de outubro, considerando a temporalidade da data de apresentação da proposta da contratada, que no caso concreto se deu em 04 de outubro de 2019. Ainda na Informação, cientificou que o orçamento necessário para arcar com a despesa será de R\$ 2.160,00 (dois mil cento e sessenta reais), acrescido do índice do IPCA de outubro de 2023.

05. Pelo Despacho n. 1655/2023 ([1041119](#)), o secretário da SAOFC determinou a programação orçamentária da despesa pela COFC, a elaboração da minuta do Termo Aditivo pela SECONT e, por último, a análise e emissão de parecer jurídico por esta unidade.

06. Na Informação n. 129/2023 ([1041231](#)), a COFC noticiou que, por se tratar de despesa que ocorrerá somente no exercício de 2024 não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária, por



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

depende de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2024. Em complemento, registrou que na elaboração da proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2024, processo nº [0003707-45.2022.6.22.8000](#), com previsão do montante supra identificado, destinado a despesas com o objeto dessa contratação.

07. Por sua vez, a SECONT elaborou a Minuta do Quarto Termo Aditivo juntada no evento [1046081](#) e enviou a esta AJSAOFC para análise, através da remessa nº 262/2023 ([1046083](#)).

08. Assim instruídos, os autos vieram a esta Assessoria Jurídica. **É o necessário relato.**

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

09. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI n. [0002306-16.2019.6.22.8000](#)) até a presente data, além dos outros dados, elementos e informações nele reproduzidas.

10. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pela Resolução TRE-RO n. 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

11. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

12. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

III – ANÁLISE JURÍDICA

3.1. DA PRORROGAÇÃO

13. A solicitação da SAMES ([1038682](#)), gestora do contrato, registra a necessidade da prorrogação por mais 12 meses do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contrato de prestação de serviços firmado entre este Tribunal e a empresa **PAZ AMBIENTAL LTDA – EPP, CNPJ/MF n. 10.331.865/0001-94.**

14. A Lei n. 8.666/93, em seu art. 57, II, prevê que os contratos de serviços contínuos podem ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosa para a administração, limitada a 60 (sessenta meses). Veja-se:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – [...]

*II – a prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas a obtenção de **preços e condições mais vantajosas** para a Administração, limitada a sessenta meses. (Negritou-se).*

15. O primeiro requisito para se permitir a prorrogação do contrato administrativo é que o serviço seja prestado de **forma contínua**. Com efeito, a prestação de serviços aqui tratada tem natureza contínua, já que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo as atividades do serviço médico deste Tribunal. Veja-se a classificação da Corte de Contas:

Serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários à Administração no desempenho das respectivas atribuições. São aqueles que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de atividades essenciais e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro. O que é contínuo para determinado órgão ou entidade pode não ser para outros. São exemplos de serviços de natureza contínua: vigilância, limpeza e conservação, manutenção elétrica, manutenção de elevadores, manutenção de veículos etc. (Manual de Licitações e Contratos 2010, pág. 772).

16. Há de que se destacar que o Projeto Básico ([0469376](#)), em seu item 3.2.3 tratou de classificar o serviço em questão como continuado. Veja-se:

3.0 - JUSTIFICATIVA

3.2.3 Considerando as Resoluções acima mencionadas a contratação em apreço se caracteriza como urgente e necessária; além de apresentar características de serviço continuado, visto que é condição sine qua non, nos termos da legislação pertinente, para o funcionamento dos Consultórios Médico e Odontológico deste TRE/RO.

17. O segundo requisito vem consubstanciado na assertiva - “**iguais e sucessivos períodos**”. O presente contrato, vigente a partir de 1º/01/2020, com prazo de duração de 12 (doze) meses, será prorrogado pela **quarta** vez à conveniência da Administração, pelo mesmo período inicial de 12 (doze) meses, no **limite máximo** de 60 (sessenta) meses, previsto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

18. O terceiro e último requisito reside em preços e condições mais vantajosas para a Administração.

19. Conforme reiterada orientação jurisprudencial da Corte de Contas Nacional, referida aferição deve ser realizada por meio de pesquisa atual de preços no mercado:

Acórdão TCU 1913/2006 – 2ª Câmara:

1.1.1.7. Nas prorrogações de contratos, com ou sem repactuação de preços, observe como indispensável, a prática de consulta/pesquisa de preços de mercado de modo a aferir se as condições e preços contratados continuam mais vantajosos para a administração, na forma preconizada no art. 57, II, da Lei 8.666/93, bem como faça constar manifestação formal e fundamentada, nos casos de eventual discordância da autoridade administrativa ao parecer da área jurídica.

Acórdão TCU 740/2004 – Plenário:

[...] no caso de prorrogação de serviços de execução continuada, instruir os processos administrativos comprovando que a prorrogação é mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

20. Como já registrado no relato deste parecer, a unidade não descuidou dessa exigência. Demonstrou a vantajosidade dos preços praticados pela contratada - R\$ 9,00 (nove reais), de acordo com a Cláusula Terceira do ajuste originário - em relação à média do mercado, obtida por meio de pesquisa realizada no sistema de banco de preços ([1038627](#)) que apurou o valor médio do quilo de R\$ 10,66 (dez reais e sessenta e seis centavos).

21. Destarte, poderá a Administração autorizar a prorrogação do ajuste por mais 12 (doze) meses, com fundamento no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Segunda da Carta-Contrato n. 24/2019 ([0482208](#)).

3.2. DO REAJUSTE STRICTO SENSU

22. Quanto ao reajuste dos preços contratados, a SAMES registrou na Manifestação nº 109/23 ([1038682](#)) que a contratada anuiu à renovação nos termos atuais com o reajuste anual pelo IPCA. Ocorre que o texto do Ofício nº 724/23, de 24/7/23, juntado ao processo no evento [1038612](#), não faz qualquer referência quanto ao reajuste de preços ou mesmo concordância com a prorrogação da avença nas "**condições atuais**", fórmula genérica que subentende a aplicação de todas as demais disposições do contrato. Essa constatação ganha relevância jurídica porque, quando da prorrogação do contrato ocorrida no ano de 2022, que determinou a atual vigência do ajuste para 01/01/2024, a contratada **renunciou expressamente** a correção de valores, anuindo à (...)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

renovação do contrato no mesmo valor, conforme se verifica no evento [0894097](#). Tal situação foi analisada naquela oportunidade pelo **Parecer Jurídico nº 175/2022** ([0898860](#)), que assim se posicionou sobre o tema:

2.2. DA RENÚNCIA DO REAJUSTE STRICTO SENSU

19. A ausência de concessão do reajuste stricto sensu por própria vontade da Administração deve ser repudiada, sob pena de mácula às leis regentes da matéria, inclusive de mandamento com índole constitucional, uma vez que este direito do contratado encontra guarida no art. 37, inc. XXI, da CF. Assim, é dever da Administração alertar ao contratado sobre a reajustamento periódico do valor contrato, com intuito de manter o equilíbrio econômico-financeiro, e instruir aos autos devidamente para não resta dúvida sobre os motivos que justificaram a permanência dos valores iniciais do contrato após as prorrogações efetuadas no mesmo.

*20. De outra via, ventila-se a possibilidade de o contratado renunciar total ou parcial o quantum resultante da concessão de reajuste. Por este ângulo, embora o reajuste seja direito do contratado, não há óbices legais para que, na ocasião de sua concessão por parte da Administração Contratante, haja negociação entre as partes com intuito de fixar um novo valor com a aplicação parcial do índice ajustado ou com sua não aplicabilidade, uma vez que o reajuste de preço é um **direito patrimonial disponível**. Ainda, caso haja aceitação do particular quanto a isso, ela deverá ser exteriorizada nos autos, e configurará uma renúncia expressa do direito ao reajuste.*

21. No caso em comento, a própria empresa, quando da tratativa sobre a prorrogação contratual, manifestou a recusa da correção dos valores contratuais, conforme se verifica no evento 0894097.

*22. Assim, verifica-se que a renúncia expressa do reajustamento do valor contratado, apresentada no evento [0894097](#), **poderá ser admitida por este Tribunal**, podendo ser realizada a prorrogação pretendida sem aplicação da variação acumulada do IPCA prevista na Subcláusula Sétima da CLÁUSULA DÉCIMA do contrato originário.*

(...)

*26. Quanto à renúncia do reajuste stricto sensu declarada expressamente pela contratada no evento [0894097](#), nada obsta que Administração mantenha o preço inicialmente contratado, conforme os fundamentos descritos nos **itens 19 a 22 deste parecer**. Cumprir destacar que o direito ao reajuste é renovado periodicamente (anual) portanto, a cada eventual aditamento de prazo de vigência celebrado, a renúncia, se houver, deverá ser novamente manifestado de forma expressa em documento juntado ao processo.*

23. A possibilidade da prorrogação com renúncia ao reajuste sustentada no referido parecer foi acolhida na manifestação da SAOFC ([0899907](#)) e na decisão da Diretora-Geral ([0900481](#)). Nesses termos, prevalece a orientação contida no **item 26** dessa peça jurídica no sentido de que, nova renúncia, caso houvesse, deveria ser manifestada de forma



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

expressa pela contratada. Assim, mesmo que não tenha ocorrido o pedido de aplicação do reajuste, como referido pela SAMES, deverá a Administração, na verificação da próxima data-base do contrato, que ocorrerá no mês de outubro de 2023, apurar o percentual de variação do IPCA no período de outubro/22 a outubro/23 (data de apresentação da proposta da contratada, no caso concreto deu-se em 04 de outubro de 2019 ([0464957](#))) e corrigir os valores contratados, com o devido registro em apostila ao contrato.

24. O reajuste tem amparo no Art. 40, XI e Art. 55, III, ambos da Lei n. 8.666/93, trata-se de reajuste em sentido estrito, o qual determina a estipulação de critérios periódicos de reajuste, por sua vez reproduzidos expressamente na Carta-Contrato nº 24/2019. Veja-se:

CLÁUSULA DÉCIMA– Esta Carta-Contrato poderá ser alterada unilateralmente pela administração contratante ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sétima – Os preços dos serviços objeto desta contratação, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado do orçamento da proposta - data limite para apresentação da proposta ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, deverão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, adotando-se a variação acumulada do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, nos termos previstos no art. 40, XI e 55, III da Lei 8.666/93 c/c Leis 9.069/95 e 10.192/01.

25. Segundo Marçal Justen Filho, o *“Reajuste consiste na indexação dos preços contratuais, submetendo-os a variação periódica e automática segundo a flutuação de índices predeterminados”*. Ou seja, o reajuste deve ser concedido de ofício pela Administração, quando completado o lapso de 12 meses a contar da data de apresentação da proposta ou da data-base da categoria profissional envolvida na execução do objeto.

26. Sobre o tema, o Manual de Licitações e Contratos do TCU – 4ª Edição, às fls. 704 e 719, assim orienta:

Faça constar nos editais e nos respectivos contratos, ainda quando o prazo de duração do ajuste for inferior a 12 (doze) meses, cláusula que estabeleça o critério de reajustamento dos preços, indicando expressamente no referido instrumento o índice de reajuste contratual a ser adotado, nos termos do disposto nos arts. 40, inc. XI, e 55, inc. III, da Lei nº 8.666/1993. **Acórdão 73/2010 Plenário**

É necessário distinguir, portanto, os conceitos de reajuste e recomposição de preços. Sob um certo ângulo, esta última expressão indica gênero, de que aquela configura espécie. A recomposição de preços é o procedimento destinado a avaliar a ocorrência de evento que afeta a equação econômico financeira do contrato e promove adequação das cláusulas contratuais aos parâmetros necessários para recompor o equilíbrio original. **Já o reajuste é procedimento automático, em que a recomposição se produz sempre que ocorra a variação de certos índices, independente de averiguação efetiva do desequilíbrio.** Já a recomposição pressupõe a apuração real dos fatos e exige comprovação acerca de todos os detalhes



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

relacionados com a contratação e os fatos supervenientes a ela. O que se afirma é a garantia constitucional da manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato administrativo. Deve reputar-se que, ocorrendo elevação de custos não retratada pelo índice de atualização ou de reajuste adotado contratualmente, o particular tem direito a recomposição de preços. **Acórdão 54/2002 Segunda Câmara (Voto do Ministro Relator)** (sem grifo no original)

27. Assim, subsiste o **poder-dever** da Administração em manter íntegra a equação econômico-financeira do contrato, haja vista que o reajustamento previsto se configura em obrigação, e não mera faculdade da Administração. Nesse sentido:

DECISÃO TCU N. 425/2002 – PLENÁRIO

13.2 É requerida pela empresa a modificação da expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", (item 27 do edital, folha 86) constando também a fórmula de reajuste correspondente.

...

13.4 Entendemos procedente a solicitação, visto que a Lei n.º 8.666/93, em seu artigo 55, determina, não faculta, o reajustamento dos preços contratuais, sua periodicidade e o estabelecimento da fórmula utilizada para tal correção. Ou seja, a Administração tem a obrigação e não a faculdade de adotar os procedimentos mencionados. Desse modo, deve ser determinada a correção do edital."

....

O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:

...

8.2. determinar ao DNER que, no contrato decorrente da Tomada de Preços n.º 034/2001, introduza, por meio de termo aditivo, as seguintes alterações, de modo a adequá-lo à legislação em vigor:

...

b) na cláusula referente a reajuste, substituir a expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", em atendimento ao artigo 55, III, da Lei n. 8.666/93;

28. No caso em tela, a SAMES informou que o índice a ser aplicado será divulgado ao final do mês de outubro de 2023, nos termos da Subcláusula Sétima da CLÁUSULA DÉCIMA do Contrato n.º 24/2019. Quando do processamento do reajuste contratual a unidade gestora deverá demonstrar o impacto financeiro do ato e o suporte orçamentário da despesa para o exercício corrente.

3.3. DA MINUTA DO 4º TERMO ADITIVO

29. Além dos registros dos atos da prorrogação, nota-se, ainda, a inclusão da Cláusula Décima Quarta ao Contrato TRE-RO n.º 24/2019 para constar a obrigação de observância à **Lei Geral de Proteção**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de Dados - LGPD, disciplinada pela Lei nº 13.709/2018, que estabelece os procedimentos quanto à proteção de dados pessoais nas contratações do TRE-RO. A nova regra não merece qualquer reparo, haja vista que tem supedâneo em texto legal expresso.

30. Nesses termos, a minuta do 4º Termo Aditivo ([1046081](#)), sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

IV – CONCLUSÃO

31. Pelo exposto, com escopo nos elementos existentes no processo, na linha dos fundamentos fáticos e jurídicos descritos neste parecer, opina esta Assessoria pela **possibilidade jurídica da prorrogação** da Carta-contrato n. 24/2019 ([0482208](#)) **por mais 12 (doze) meses**, materializada no Termo Aditivo n. 04, mantidos os demais termos e condições originalmente pactuados, visto que presentes os requisitos legais previstos no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, condicionada à demonstração de regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

32. Quanto ao reajuste *stricto sensu*, destaca-se que esse direito é renovado periodicamente (anual) portanto, a cada eventual aditamento de prazo de vigência celebrado, nos termos da cláusula Décima e Subcláusula Sétima da Carta-Contrato nº 24/2019, bem como dos artigos 40, XI e Art. 55, III, ambos da Lei n. 8.666/93, motivo pelo qual a renúncia expressa consolidada no evento [0894097](#) foi superada pelo novo pedido de prorrogação, no qual a contratada não renovou expressamente a renúncia antes manifestada.

Assim, deverá a Administração, na verificação da próxima data-base do contrato, que ocorrerá no mês de outubro de 2023, apurar o percentual de variação do IPCA no período de outubro/22 a outubro/23 (mês da apresentação da proposta da contratada) e corrigir os valores contratados, com o devido registro em apostila ao contrato.

Quando do processamento do reajuste contratual a unidade gestora deverá demonstrar o impacto financeiro do ato e o suporte orçamentário da despesa para o exercício corrente.

33. Como registrado no **item 6 deste parecer**, a COFC noticiou que por se tratar de despesa que ocorrerá somente no exercício de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2024 não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária. Registra, contudo, que na elaboração da proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2024 há previsão do montante destinado à despesas com o objeto dessa contratação.

34. Por fim, para cumprimento do art. 38, Parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **aprova** os termos da minuta carreada aos autos ([1046081](#)).

35. Ressalta-se, por oportuno, que a presente contratação encontra-se fundamentada e instruída nos moldes da **Lei n. 10.520/2002** (Lei do Pregão) com aplicação subsidiária da **Lei n. 8.666/93** (Lei de Licitações e Contratos). Nesses termos, a **Portaria SEGES/MGI nº 1.769, de 25 de Abril de 2023**, que dispõe sobre o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal, estabelece que os contratos firmados no regime das referidas leis serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais, veja-se:

(..)

Art. 2º Os processos licitatórios e contratações autuados e instruídos com a opção expressa de ter como fundamento a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ou a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, além do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2023, serão por eles regidos, desde que:

I - a publicação do edital ou do ato autorizativo da contratação direta ocorra até 29 de dezembro de 2023, conforme cronograma constante do Anexo, e

II - a opção escolhida seja expressamente indicada no edital ou do ato autorizativo da contratação direta.

Parágrafo único. Os contratos ou instrumentos equivalentes e as atas de registro de preços firmados em decorrência da aplicação do disposto no caput serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais.

À consideração da autoridade superior.



Documento assinado eletronicamente por **Vinícius Steele Góes, Estagiário**, em 25/08/2023, às 15:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 25/08/2023, às 15:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1048945** e o código CRC **CEE39AD6**.

0002306-16.2019.6.22.8000

PROCESSO: 0002306-16.2019.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Assistência Médica e Social - SAMES

ASSUNTO: Carta-Contrato n. 24/2019 – Contratada: PAZ AMBIENTAL LTDA.-EPP – Prorrogação

DESPACHO Nº 1057 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo, no qual, após certame, foi efetivada a contratação da empresa PAZ AMBIENTAL LTDA. – EPP, CNPJ nº 10.331.865/0001-94, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993, conforme Carta-contrato n. 24/2019 ([0482208](#)), cujo objeto é a coleta/descarte de lixo hospitalar/infectante para recolhimento e descarte do lixo hospitalar produzido pela Seção de Assistência Médica e Social – SAMES, do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. O referido ajuste foi prorrogado por mais 12 meses, compreendendo o período de 2/1/2023 a 1/1/2024, e registrado no Termo Aditivo n. 3 ([0904219](#)).

Nos termos da Informação n. 109/2023 ([1038682](#)), a SAMES manifestou interesse na prorrogação do ajuste por mais um ano, no período de 02/01/2024 a 01/01/2025, oportunidade em que noticiou que a contratada foi consultada e manifestou-se favorável à renovação do ajuste, nos termos atuais com o reajuste anual pelo IPCA ([1038612](#)). A unidade gestora, na referida informação, também demonstrou a vantajosidade dos preços praticados pela contratada em relação à média do mercado, por meio de pesquisa realizada no sistema de banco de preços ([1038627](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

No tocante à regularidade fiscal, a empresa contratada apresentou os documentos de regularidade fiscal juntados nos eventos [1038674](#), [1038675](#), [1038676](#) e [1038677](#). Em seguida, o processo foi encaminhado à SAOFC, para os procedimentos necessários.

Na sequência, a SAOFC encaminhou o pleito: à COFC, para programação orçamentária; à SECONT, para elaboração da minuta de instrumento contratual; bem como à AJSAOFC, para análise e emissão de parecer jurídico ([1041119](#)).

A COFC informou que, por se tratar de contratação com previsão de execução de despesas no exercício financeiro de 2024, não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária neste exercício financeiro, por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2024 e da abertura do exercício 2024 com a consequente disponibilização no SIAFI, dos créditos aprovados na LOA 2024 pela Secretaria de Orçamento de Federal - SOF. Em complemento, registra que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2024 tramita no processo nº [0003707-45.2022.6.22.8000](#), com previsão do montante supra identificado, destinado a despesas com o objeto dessa contratação (Informação n. 129/2023 - evento [1041231](#)).

Em atendimento à Solicitação de Diligência-SECONT ([1044501](#)) a SAMES instruiu os autos com a Informação n. 114/2023 ([1045309](#)), reportando que a prorrogação da Carta-Contrato TRE-RO n. 24/2019 será celebrada com o valor contratual vigente, sendo o valor anual para execução do contrato de R\$ 2.160,00 (dois mil cento e sessenta reais). Informa, ainda, não ser possível no momento realizar o cálculo do reajuste a ser aplicado a essa contratação, uma vez que esse valor deverá ser calculado com base no índice do IPCA de outubro de 2023, nos termos da Subcláusula Sétima da Carta-Contrato n. 24/2019. Informa que em novembro de 2023 serão indicados os percentuais e valores de reajuste a serem concedidos à empresa.

Por sua vez, a SECONT elaborou a minuta do Termo Aditivo nº 4 à Carta-Contrato nº 24/2019 (evento [1046081](#)), remetendo à Assessoria Jurídica da SAOFC para análise ([1046083](#)).

A AJSAOFC emitiu o Parecer Jurídico n. 180/2023 ([1048945](#)), no qual opinou pela possibilidade jurídica da prorrogação contratual por mais 12 (doze) meses, materializada em Termo Aditivo n. 4, mantidos os demais termos e condições pactuados, visto que presentes os requisitos legais previstos no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, condicionada à demonstração de regularidade fiscal e trabalhista



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da contratada. Quanto ao reajuste *stricto sensu*, destaca que esse direito é renovado periodicamente (anual) portanto, a cada eventual aditamento de prazo de vigência celebrado, nos termos da cláusula Décima e Subcláusula Sétima da Carta-Contrato nº 24/2019, bem como dos artigos 40, XI e Art. 55, III, ambos da Lei n. 8.666/93, motivo pelo qual a renúncia expressa consolidada no evento [0894097](#) foi superada pelo novo pedido de prorrogação, no qual a contratada não renovou expressamente a renúncia antes manifestada. Assim, deverá a Administração, na verificação da próxima data-base do contrato, que ocorrerá no mês de outubro de 2023, apurar o percentual de variação do IPCA no período de outubro/22 a outubro/23 (mês da apresentação da proposta da contratada) e corrigir os valores contratados, com o devido registro em apostila ao contrato, momento em que a unidade gestora deverá demonstrar o impacto financeiro do ato e o suporte orçamentário da despesa para o exercício corrente. Por fim, aprovou os termos da minuta do Termo Aditivo juntada aos autos no evento [1046081](#), por estar em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93.

A SAOFC manifestou-se favorável à prorrogação do prazo de vigência da Carta-Contrato n. 24/2019 ([0482208](#)) por mais 12 (doze) meses, a partir de 2/1/2024, com fundamento no [art. 57, II, da Lei nº 8.666/93](#) c/c Cláusula Segunda do ajuste originário; e também pela autorização para emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 2.160,00 (dois mil cento e sessenta reais), em favor da empresa contratada **PAZ AMBIENTAL LTDA**, CNPJ nº 10.331.865/0001-94, após a disponibilização do orçamento 2024, já que se trata de despesa com início em 2/1/2024. (Manifestação n. 368/2023 - evento [1052945](#)).

Vieram os autos para apreciação nesta Diretoria-Geral.

A presente contratação encontra-se fundamentada e instruída nos moldes da **Lei n. 10.520/2002**, com aplicação subsidiária da **Lei n. 8.666/93** (Lei de Licitações e Contratos). Nesses termos, a **Portaria SEGES/MGI nº 1.769, de 25 de Abril de 2023**, que dispõe sobre o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal, estabelece que os contratos firmados no regime das referidas leis serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais.

Observa-se que há previsão da prorrogação do contrato na Cláusula Segunda da Carta-Contrato n. 24/2019 ([0482208](#)), *ipsis litteris*:

CLÁUSULA SEGUNDA– A vigência desta Carta-Contrato será de 12 (doze) meses, a contar de 1º/01/2020, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

períodos, mediante celebração de termo aditivo, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93, limitado a 60 (sessenta) meses.

No caso em tela, aplica-se a hipótese do inciso II do art. 57 da Lei n. 8.666/93, por se tratar de prestação de serviço de **forma contínua**, consistente na prestação de serviços de coleta e descarte de lixo hospitalar infectante, para recolhimento e descarte do lixo hospitalar produzido pela Seção de Assistência Médico Odontológica – SAMES do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo a esta Justiça Eleitoral, senão vejamos:

"Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – (...)

II – **a prestação de serviços a serem executados de forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas à obtenção de **preços e condições mais vantajosas** para a Administração, limitada a sessenta meses" (Negritou-se).

Quanto ao requisito "**iguais e sucessivos períodos**", verifica-se que foi atendido, conforme se observa do presente contrato, vigente desde 1º/1/2020, com prazo de duração de 12 (doze) meses, será prorrogado pela quarta vez à conveniência da Administração, pelo mesmo período inicial de 12 (doze) meses, obedecendo o limite de 60 (sessenta) meses, previsto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

Quanto ao último requisito "**preços e condições mais vantajosas para a Administração**", observa-se que a SAMES, unidade gestora da contratação, demonstrou a vantajosidade dos preços praticados pela contratada, - de acordo com a Cláusula Terceira do ajuste originário - em relação à média do mercado, obtida por meio de pesquisa realizada no sistema de banco de preços ([1038627](#)), que apurou que o valor médio do recolhimento do quilo será de R\$ 10,66 (dez reais e sessenta e seis centavos).

Com relação ao reajustamento de preços (reajuste *stricto sensu*) destaca-se que esse direito é renovado periodicamente (anual).

Assim, conforme esclarecido pela AJSAOFC, deverá a Administração, na verificação da próxima data-base do contrato, que ocorrerá no mês de outubro de 2023, apurar o percentual de variação do IPCA, no período de outubro/22 a outubro/23 (mês da apresentação da proposta da contratada), e corrigir os valores contratados, com o devido registro em apostila ao contrato, momento em que a unidade gestora deverá demonstrar o impacto financeiro do ato e o suporte orçamentário da despesa para o exercício corrente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Vale ressaltar que, além dos requisitos de natureza legal, também estão cumpridos todos os requisitos de natureza contratual que autorizam a presente prorrogação, como também já demonstrado na análise jurídica efetuada pela AJSAOFC ([1048945](#)).

Registra-se, ainda, que a minuta de termo aditivo ([1046081](#)) foi aprovada pela Assessoria Jurídica da SAOFC, cumprindo assim o disposto no artigo 38, parágrafo único, da Lei de Licitações e Contratos.

Por todo exposto, diante da possibilidade de prorrogação prevista no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, bem como do preenchimento de todos os requisitos legais, com amparo na delegação de atribuições descrita no art. 1º, inciso II, da Portaria TRE-RO n. 66/2018, **autorizo a prorrogação do prazo de vigência da Carta-Contrato n. 24/2019 ([0482208](#)), por mais 12 meses, a partir de 02/01/2024 com prazo final em 01/01/2025**, mantidos os demais termos e condições pactuados, com fundamento no [inc. II do art. 57 da Lei n. 8.666/93](#) e ainda Cláusula Segunda do Contrato Originário.

Encaminhem-se os autos à SAOFC para prosseguimento.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 18/09/2023, às 12:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1059244** e o código CRC **94F655F8**.